



<p>Público</p> <p>04-02-2020</p>	<p>Periodicidade: Diário</p>	<p>Temática: Justiça</p>
	<p>Classe: Informação Geral</p>	<p>Dimensão: 534 cm²</p>
	<p>Âmbito: Nacional</p>	<p>Imagem: S/Cor</p>
	<p>Tiragem: 31885</p>	<p>Página (s): 1/19</p>

Azeredo achou que não tinha de denunciar **Judiciária Militar**

Ex-ministro da Defesa depôs em tribunal. Juiz estranhou que não tivesse contado à PGR o que sabia **p19**

ISSN-0872-1548

Azeredo Lopes admite ter desvalorizado informações relevantes sobre Tancos

Justiça
Ana Henriques

Carlos Alexandre mostra estranheza por ministro da Defesa não ter informado Marques Vidal de que a PJM tinha praticado crimes

O ex-ministro da Defesa Azeredo Lopes admitiu ontem em tribunal ter desvalorizado as informações relevantes que lhe foram transmitidas pela Polícia Judiciária Militar sobre a recuperação do material de guerra de Tancos.

Acusado de abuso de poder, denegação de justiça, favorecimento pessoal e prevaricação, o antigo governante foi submetido a um interrogatório de cerca de sete horas no Tribunal de Monsanto, nesta fase instrutória do processo. Tal como já havia feito no passado, admitiu que pode ter falado com o então director da Judiciária Militar Luís Vieira ao telefone, no dia em que este e o porta-voz desta polícia entregaram no Ministério da Defesa um memorando sobre o furto e a recuperação do armamento, a 20 de Outubro de 2017. Mas não se recorda bem se falou ou não com este responsável à distância, por se encontrar fora de Lisboa. Porém, ainda que o não tenha feito assumiu que o seu chefe de gabinete o pôs a par do conteúdo do documento, que mencionava uma chamada anónima feita para a Judiciária Militar a indicar o local de

recuperação das armas, alegadamente feita por um informador que tinha posto como condição que a Judiciária civil não fosse posta ao corrente da sua identidade.

A entrega deste documento sem timbre nem data ao chefe de gabinete de Azeredo Lopes ocorreu dois dias depois de a então procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal, ter mostrado o seu profundo desagrado ao ministro da Defesa por a Judiciária Militar não ter mantido o Ministério Público nem a Judiciária civil a par da operação destinada à recuperação do material roubado. Ainda assim, Azeredo Lopes não lhe transmitiu o conteúdo do memorando que mostrava que a PJM tinha ocultado informações importantes à sua congénere civil, a pedido desse informador.

O antigo governante justifica esse facto alegando que nunca entendeu que o sucedido pudesse ter relevância criminal. Podia, isso sim, ter relevância disciplinar, e como Joana Marques Vidal já manifestara a intenção de desencadear processos disciplinares a vários militares da PJM não se terá preocupado mais com o assunto. Ter-se-á alheado daquilo que pensou tratar-se de uma mera disputa entre dois órgãos de polícia criminal diferentes.

“A PJM está na dependência funcional da Procuradoria-Geral da República”, recordou à saída do tribunal o advogado de Azeredo Lopes, Germano Marques da Silva. Nesse sentido, defendeu, o seu cliente não tinha de denunciar a Joana Marques Vidal aquilo que os homens da PJM lhe haviam contado que tinham feito. Nesta equação pesa ainda o facto de a função de ministro não ser enquadrável na categoria de funcionário público, assinalou o mesmo defensor. Já o juiz de instrução, Carlos Alexandre, mostrou estranheza por o arguido não ter comunicado o que sabia à procuradora-geral da República.

Logo de manhã, à entrada para o interrogatório, Germano Marques da Silva revelou que ter chegado a ponderar chamar a tribunal o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, para depor na qualidade de testemunha. “Só não o fiz por ser uma alta figura de Estado com direito a imunidade e com possibilidade de não responder”, referiu.



Azeredo Lopes à entrada do tribunal de Monsanto

ana.henriques@publico.pt